

RECURSO ESPECIAL Nº 1.685.116 - PR (2017/0171402-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **M R C**
ADVOGADOS : **VALDECIR PAGANI E OUTRO(S) - PR016783**
: **EDILSON LUIZ ZIMIANI CABRAL E OUTRO(S) - PR025012**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**
INTERES. : **W F DE O**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADOS. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO VERIFICADO.

1. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula 283/STF).
2. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes regimentais, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por MRC, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – COISA JULGADA MATERIAL – ARTIGO 267, V, DO CPC – PREEXISTÊNCIA DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE JULGADA IMPROCEDENTE – EXAME DE DNA QUE RESULTOU NEGATIVO PARA O VÍNCULO GENÉTICO DE FILIAÇÃO - RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA – SENTENÇA REFORMADA.

É possível a relativização da coisa julgada diante da ausência de lastro probatório que ampare a decisão, pois deve prevalecer a busca da verdade real.

Sentença de extinção do feito sem resolução do mérito reformada para determinar o prosseguimento do feito.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (fl. 179).

Superior Tribunal de Justiça

Em suas razões recursais, aponta o recorrente ofensa ao disposto no art. 267, V, do Código de Processo Civil/73.

Sustenta, em síntese, ter ocorrido violação à coisa julgada em ação de investigação de paternidade.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 299-301).

O parecer do Ministério Público Federal é pelo não provimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

2. Ao apreciar a apelação cível, o Tribunal de origem deixou consignado haver "sérias dúvidas acerca do resultado negativo do exame de DNA", nos seguintes termos:

Na hipótese, depreende-se dos autos que há sérias dúvidas acerca do resultado negativo do exame de DNA, tanto que abriu-se a possibilidade de novo exame, que não foi realizado naqueles autos.

A alegação de que houve problema quando da coleta do material para a realização do exame de DNA, pois o Apelante e sua genitora foram retirados da sala no momento em que foi colhido o sangue do apontado pai, revela a flexibilização dos efeitos da coisa julgada (fls. 183-184).

Tal fundamento não foi rebatido nas razões do especial, circunstância a atrair a incidência da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

3. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes legais e regimentais, pois a parte não procedeu ao indispensável cotejo analítico, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator